

TERRITÓRIO, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Herique Heber dos Santos Reis

Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto de Filosofia e ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, PA, Brasil
heriquereis@live.com

José Sobreiro Filho

Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto de Filosofia e ciências Humanas
Professor Dr. Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, PA, Brasil
sobreirounesp@gmail.com

Ederlane vale Rabelo

Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto de Filosofia e ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, PA, Brasil
ederlanevale.geo@hotmail.com

RESUMO

O artigo em questão consiste em uma reflexão teórica que vem sendo desenvolvida na dissertação de mestrado sobre os movimentos socioterritoriais do campo e a Questão Agrária na Amazônia. Objetivamos uma reflexão acerca da categoria território, enquanto uma totalidade que compõe a conflitualidade manifestada em múltiplas dimensões e escalas, e o desdobramento deste no conceito de movimentos socioterritoriais como um instrumento teórico metodológico geográfico seminal para compreender as conflitualidades no bojo das lutas camponesas por direitos que viabilizam uma vida com mais dignidade no espaço agrário. Dentre estas lutas destacamos a Educação do Campo como elemento que contém e está contido no território camponês produzindo e reproduzindo suas territorialidades e modo de vida revelando sua imprescindibilidade para resistência e recreação do campesinato.

Palavras-chave: Amazônia. Campesinato. Território. Territorialidade. Conflitualidade.

TERRITORY, SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS AND RURAL EDUCATION

ABSTRACT

The article in question consists of a theoretical reflection that has been developed in the dissertation of master on the socioterritorial movements of the countryside and in the Agrarian Question in the Amazon. We aim at a reflection on the territorial category, as a totality that composes the manifested conflictuality in multiple dimensions and scales, and the unfolding of this in the concept of socioterritorial movements as a seminal geographic methodological theoretical instrument to understand the conflicts in the bosom of the peasant struggles for rights that enable a life with more dignity in the agrarian space. Among these struggles we highlight the Rural Education as an element that contains and is contained in the peasant territory producing and reproducing its territorialities and way of life revealing its indispensability for resistance and recreation of the peasantry.

Keywords: Amazon. Peasantry. Territory. Territoriality. Conflictuality.

INTRODUÇÃO

Os territórios estão em disputa, seja a partir da conflitualidade orquestrada por sujeitos de classes distintas, ou seja, no aspecto teórico conceitual em que diferentes autores e ciências buscam construir juízos com composicionalidades diferentes (FERNANDES, 2013; HAESBAERT, 2014). Tais questões atribuem ao mesmo uma diversidade de interpretações visto que cada ciência o entende a partir do seu mirante e o relaciona com suas especificidades de objeto de estudo, metodologias particulares e a constelação de instrumentos teórico-conceituais de área. Entretanto, mesmo no bojo de uma mesma ciência, tal como ocorre na Geografia, também existem diferentes compreensões deste conceito, que variam de acordo com objetivos e perspectivas da pesquisa. Em outras palavras podemos dizer que há dentro da Geografia brasileira diferentes composicionalidades e extensões conceituais sobre a categoria território, bem como diversos lastros empíricos de teorização.

É diante desta conjuntura científica que este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão acerca da categoria território enquanto uma totalidade que compõe e analisa a conflitualidade manifestada em múltiplas dimensões e escalas. Ademais, buscamos também compreender o desdobramento deste no conceito de movimentos socioterritoriais enquanto instrumento teórico-metodológico geográfico seminal para compreender as conflitualidades no bojo das lutas camponesas por direitos fundamentais para uma vida com mais dignidade no espaço agrário, ou seja, uma produção humanizada do espaço no campo.

O território, compreendido a partir da multidimensionalidade (social, econômica, política, cultural, ambiental, psicológica etc.), tem, em sua composição a contemplação nata das diferentes potencialidades de perspectivas que habitam e conformam a realidade desde as leituras de poder, dominação, conflito e liberdade, mas desde os distintos e ainda míseros mirantes das ciências humanas. É neste contexto que partimos da perspectiva que compreende o território como ferramenta importante para refletir e analisar operativamente sobre as conflitualidades em suas múltiplas dimensões e escalas e o modo como as mesmas prostram-se presentes no processo de ensino-aprendizagem através da análise dos movimentos socioterritoriais e da educação do campo.

Ao tomamos o campo enquanto recorte de análise, veremos que a luta pelo território manifesta-se em múltiplas facetas. Esta compreensão é o primeiro passo para se aproximar de uma interpretação tenaz da complexa relação do campesinato com seus territórios, o qual deve ser compreendido como *“o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência”* (CALDART et al, 2012, p. 746). Outro passo importante está na compreensão do papel desempenhado pelo projeto educativo dos movimentos socioterritoriais, tal como o movimento Sem Terra. A opção de utilizar Sem Terra para designar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) resulta da perspectiva que compreende estes sujeitos para além de:

[...] uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social (CALDART, 2001, p. 211).

A partir do MST e outros movimentos socioterritoriais camponeses é que tem início a luta pela Educação do Campo em detrimento da educação rural/no campo. A perspectiva crítica tem clareza de que a educação rural não é do campo assim como também não é da cidade, ela é uma reprodução da lógica perversa desigual e desumanizante do capitalismo.

Na contramão deste processo, as lutas dos movimentos socioterritoriais camponeses contra-hegemônicos constroem um modelo de educação com o objetivo de representar os sujeitos inseridos e envolvidos nos conflitos pelo(s) território(s) e territorialidade(s). Em outras palavras, são os mesmos que foram historicamente ignorados ou colocados à margem de políticas públicas e que refletem as múltiplas precarizações de uma sociedade embasada na lógica do capital. Para estes, tanto na disputa por terras quanto na educação do campo, resta apenas a luta como único meio possível para se ter acesso às condições básicas como o trabalho, segurança e educação, ou seja, por uma vida de melhor qualidade e mais dignidade.

O trabalho em questão está estruturado em três partes relacionadas: A) na primeira o território é destacado como ferramenta importante para refletir sobre as conflitualidades balizadas por interesses diversos, contradições e poder. Entre lutas e contradições, o território surge como espaço de confronto político e corpóreo, espaço de reprodução da vida, de luta pela existência, resistência e recriação, de disputas e possibilidades; B) Posteriormente, os conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais são destacados como opções interessantes para realizar uma leitura geográfica das ações coletivas organizadas; c) Por fim, o artigo aborda sobre a proposta educativa do MST à luz da Educação do Campo e discorrendo sobre sua importância e articulações para além do espaço compreendido pela escola. O caminho metodológico utilizado resumiu-se em pesquisa bibliográfica teórico-conceitual sobre a temática discutida.

TERRITÓRIO, CONFLITUALIDADE E EDUCAÇÃO.

O território tem se tornado, de modo cada vez mais recorrente, instrumento operativo de políticas públicas no Brasil, especialmente, nas últimas duas décadas. No entanto, há uma ampla diversidade de definições conceituais sobre território, sendo que estão embasadas em distintas ciências humanas (antropologia, sociologia etc.) e que não são necessariamente amparadas em uma perspectiva geográfica multidimensional e multiescalar. Tal fato implica na problemática do trato operacional unidimensional ou subordinador de uma dimensão para com as demais. É no bojo desta problemática que o trabalho em questão aborda o território como ponto de partida de uma interpretação para além de perspectivas meramente operativas, normativas e/ou unidimensionais. Ademais, existe, também, como opção teórica e política o reconhecimento da existência de outros territórios para além da hegemonia do Estado e suas instituições, ou seja, os sujeitos que compreendem as classes populares são não somente territoriais, mas também compreendem territórios e modelos de desenvolvimento territorial.

Sob o enfoque geográfico, aqui apresentado, o território é compreendido como multidimensional (político, social, econômico, ambiental, cultural etc.) (HAESBAERT, 2004; FERNANDES, 2009) e multiescalar (FERNANDES, 2009). Em outras palavras, podemos dizer que a perspectiva unidimensional ruffiniana não se aplica, pois a compreensão está para além da leitura das relações de poder, por mais que fronteiras/limites ainda sejam imprescindíveis à sua existência. Outro ponto relevante é a compreensão irrestrita ao Estado-Nação. Esta afirmativa se baseia no fato de relações em outras escalas também serem produtoras de territórios (propriedade, relacional e imaterial). Conforme apresenta Fernandes (2009 p. 203) ao tratar da tipologia de territórios *“Não basta falar apenas em Território. É preciso definir: qual território? As classes e relações sociais não estão alheias aos territórios porque elas os produzem e por estes são produzidas”*.

O autor ainda destaca os três tipos de territórios: da governança do Estado-Nação; das propriedades; e o relacional. Embora existam diferenças entre eles, em todos os territórios também estão contidas as diversas dimensões, multiterritorialidade e interconexões/sobreposições. O primeiro território é o espaço de governança formado por fixos e fluxos, de domínio do Estado. É onde o segundo e o terceiro estão inseridos, sendo que dialeticamente se relacionam, são sobrepostos e se sobrepõem (FERNANDES, 2009) ao primeiro território:

[...] o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais. Primeiro, segundo e terceiro territórios, assim como as formas material e imaterial, são indissociáveis [...] O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território. (FERNANDES, 2009, p. 204-205)

É interessante evidenciar que o primeiro território não mantém uma relação absoluta com os demais, pois nele se manifestam as diferenças, intencionalidades e contradições das relações de classe (FERNANDES, 2009) as quais são produzidas no bojo da conflitualidade entre as

multiterritorialidades. Nesse sentido, os diferentes agentes produzem territórios distintos, em diversas escalas, revelando a luta de classes. Processo este evidente no segundo território – propriedade - enquanto espaço, particular e/ou comunitário, produzido a partir do seu valor de uso e/ou valor de troca (FERNANDES, 2009). Grupos, classes, indivíduos, Estado, produzem e reproduzem territórios distintos com lógicas-racionalidades diferentes (SOBREIRO FILHO, 2016). Os territórios, sozinhos, não definem os sujeitos, mas estes não podem ser definidos desconsiderando seus territórios (FERNANDES, 2009).

Contudo, ocorre também que estes territórios também não podem ser compreendidos em sua totalidade de maneira isolada, fato que nos remete ao terceiro território:

O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. Enquanto a ideia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinada a ela (FERNANDES, 2009, p. 210).

Há capacidade de uso dessa perspectiva relacional para as diferentes intencionalidades e interesses públicos e/ou privados, de grupos, de classes, de empresas, do Estado e de uma ou mais potencialidades de poder. Ademais, como já destacamos, esta implícita nas relações socioespaciais, ou seja, tanto no movimento do cotidiano dos sujeitos, quanto em uma escala maior da realidade onde essas relações expressam no espaço as disputas territoriais por classes distintas, sendo que tal diversidade é um dos exemplos da multiescalaridade do território (FERNANDES, 2009). A ver:

As disputas territoriais são, portanto, de significação das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados (FERNANDES, 2009, p. 200).

O território deve ser interpretado de forma complexa tal como o é em sua práxis cotidiana. Assim, considerando os múltiplos agentes que atuam em diferentes escalas que podem e intervêm num dado espaço, denota-se que o que se distancia da visão de um território único do Estado ou de qualquer outra perspectiva fragmentada (FERNANDES, 2009) é, sobretudo, a composicionalidade do território e suas relações lastreadas no princípio da indissociabilidade, fato que permite compreender a multidimensionalidade e a interdependência destes três territórios propostos por Fernandes (2009). Sem generalizações, exageros ou dicotomias, são os agentes socioespaciais e socioterritoriais que tem papéis históricos distintos, com articulações, perspectivas, mobilizações e barganhas nas diferentes relações sociais, refletindo identidades territoriais distintas por meio de territorialidades (FERNANDES, 2009) que, por vezes, são divergentes e/ou convergentes, solidárias e conflitantes.

No bojo deste processo, a territorialidade é também uma identidade em movimento, em processo de construção pela relação de sujeitos-sujeitos e sujeitos-territórios através do espaço-tempo, contemplando assim “continuidades e descontinuidades” (SAQUET, 2009, p. 90). A territorialidade é o elemento que “corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações” (SAQUET, 2009, p. 90). Porém a territorialidade não remete apenas às intencionalidades que buscam o controle espacial/territorial, sua complexidade envolve outras nuances, tal como revela Dematteis (2008, p.34):

[...] a territorialidade não é resultado do comportamento humano sobre o território, mas o processo de construção de tais comportamentos, o conjunto das práticas e do conhecimento, dos homens em relação à realidade

material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com os outros sujeitos (a alteridade).

Seguindo os rastros do pensamento de Dematteis, presente neste fragmento, é possível afirmar que as territorialidades compreendem as relações sociais e dos sujeitos com o território (material e imaterial) que buscam a conquista e manutenção do mesmo, de forma dinâmica e em processo de construção histórica e espacial. Ademais, a territorialidade, enquanto expressão da identidade territorial (FERNANDES, 2005), se descortina em diversas escalas e dimensões, podendo ocorrer como manifestação de características socioterritoriais dentro do seu território de origem. Este processo é conceituado por Fernandes (2005, p. 203) como “territorialidades locais”, mas também pode ser o exercício de tais características em outros territórios: “territorialidades deslocadas”.

A territorialidade pode ainda revelar-se de maneira espontânea enquanto uma manifestação de características próprias de um território, tal como os costumes, tradições, idiomas, símbolos, valores, outras manifestações culturais ou místicas. Ela pode ocorrer ainda enquanto estratégias de um grupo que busca conquistar o território (territorialização ou reterritorialização). A territorialidade, assim, expressa, não apenas a identidade do território, mas também a dos sujeitos e dos modos de vida, ou seja, são “[...] *um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrentes de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social*”. (MARQUES, 2008, p. 03-04)

Não obstante, é fundamental destacar que a territorialidade também é multidimensional, ou seja, quando tratamos de identidades em movimento ou como um comportamento embasado em um processo desvela-se que por detrás das relações há a indissociabilidade de identidade e/ou comportamento econômico, social, ambiental, político, cultural, psicológico etc. Deste modo, assim como o território não se caracteriza por ser unidimensional, a territorialidade também se apresenta enquanto a síntese harmônica-desarmônica das dimensões dialéticas em conflitualidade particular e processual do espaço-tempo histórico.

As ações desempenhadas pelos movimentos socioterritoriais do campo são estratégias de práticas espaciais que estão (re)produzindo uma maneira de territorialidade, não apenas enquanto grupo que objetiva a conquista territorial, mas, sobretudo, como sujeitos que estão produzindo um projeto de territorialidade para a sociedade brasileira enquanto modo de vida, de produzir, de educar etc. essencialmente diferentes daquele desenvolvido sob a égide capitalista.

Um exemplo desta territorialidade é a formulação e desenvolvimento da educação como bandeira de luta, que não se restringe à sala de aula, mas se apresenta como umas das engrenagens de um modelo de desenvolvimento e projeto sociopolítico. Os sujeitos praticam ações educativas no cotidiano, com suas místicas, tradições, lazer e trabalho, além das lutas e estratégias de ações que também se desdobram como elemento educativo (CALDART, 2001) no bojo dos movimentos socioterritoriais. A territorialidade é formada por elementos que reforçam a coletividade, suas lutas, pautas e os territórios camponeses. Outro aspecto imprescindível compete à conflitualidade não apenas para compreender o território e as territorialidades, mas como parte de um processo educativo:

A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios. [...] A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno – diverso; consenso – crítica; regra – conflito; padronização – variedade; centralização – centralidades; território – territórios (FERNANDES, 2009, p. 203).

Objetivamente a conflitualidade também pode ser compreendida tanto como processo quanto, neste caso, como instrumental para compreender e operar práticas e lógicas na história e cotidiano das ações contra-hegemônicas. Um dos pontos centrais está na existência da diversidade enquanto realidade e *devir*, pois o outro emerge descortinando o conflito por meio da prática da conflitualidade enquanto qualidade inerente e nata ao ser espaço-temporal (SOBREIRO FILHO, 2016). Por sua vez, esta prática pressupõe a dialética indissociável de resistência/dominação porque há disputa e coexistência direta e indiretamente beligerante dos territórios e/ou dos anseios territorializadores/desterritorializadores e/ou reterritorializadores que passam a marcar os constantes processos de produção do espaço/território(s). A compreensão da educação das classes populares enquanto imprescindível para o território e como um território é fundamental nesse momento ostensivo em que o capitalismo ora se apresenta hostil declaradamente e ora subordinador, mas nem sempre significa que a educação deve ter uma existência e prática territorial, pois não são em todos os casos em que há adversidade: uma demanda do espaço-tempo contra-hegemônico.

No bojo deste processo ostensivo e decisivo para as práticas e resistências contra-hegemônicas temos a educação enquanto componente imprescindível especialmente para pensa-las, desenvolve-las, intercambia-las, confronta-las e dissemina-las. Ainda no contexto da discussão sobre conflitualidade, educação e território, podemos compreender que; 1 – a conflitualidade apresenta-se enquanto componente inerente na formulação de paradigmas referentes aos modelos de educação que desvelam disputas, contradições e princípios dos mais variados (valores, modelo de sociedade e produção, intencionalidade etc.); 2 - a conflitualidade enquanto elemento fundamental para que a diversidade habite nos modelos de educação, ou seja, considerando sujeitos postos às margens ou incluídos precariamente na sociedade (camponeses, indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc.); 3 - a compreensão da conflitualidade enquanto ação pedagógica, ou seja, a leitura e prática conflituosa é um ato educativo que se alicerça tanto na leitura estrutural do capital quanto nas práticas cotidianas coletivas e individuais; 4 - a conflitualidade também nos permite entender que o modelo de educação é compreendido e operado enquanto importante território imaterial das classes hegemônicas e cujo fito evidencia a indissociabilidade material-imaterial, ou seja, a reprodução capitalista das desigualdades espaço-temporais; 5 – Por fim, destaca-se que a conflitualidade permite pensar, ensinar e educar que um outro processo educativo é possível, bem como outros territórios, sendo evidências presentes nas lutas e conquistas dos movimentos socioterritoriais.

MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

O conceito de movimentos sociais, segundo Laclau (1991), se constitui como importante elemento de compreensão dos conflitos e tensões existentes no bojo da sociedade. Os movimentos sociais representam um salto do que era um questionamento ou denuncia a pressão articulada através de mobilizações, ocupações, marchas, etc. (GOHN, 2011). Segundo Gohn (2011, p. 336) “os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte”. Sobre a centralidade os movimentos sociais, Gohn (2011, p. 336) comenta que:

Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência.

De acordo com Gohn (2008) os movimentos sociais sempre existiram. No entanto, as transformações que ocorrem no mundo, nas últimas décadas, viabilizaram mudanças nas

perspectivas de organização e demandas de lutas destes agentes. O que era antes demandas focadas em um ponto específico como, por exemplo, trabalho, política, religião etc. passou a permear outras dimensões sociais como a cultura, a identidade etc. e até mesmo transformações mais profundas na sociedade e nos paradigmas de desenvolvimento. De acordo com Gohn (2008) os movimentos sociais se caracterizam também por não serem apenas ações coletivas que respondem ou reagem a uma determinada situação de necessidade, de coerção ou de risco, mas é formada por sujeitos que refletem sobre o quadro social em que estão inseridos e buscam transforma-lo, o que nos leva a compreendê-los enquanto sujeitos que não apenas racionalizam e agem sobre o espaço, mas o transformam a partir de práticas socioespaciais contra-hegemônicas (SOBREIRO FILHO, 2016). São elementos que nos possibilitam refletir acerca dos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais como produtores-consumidores de espaço e territórios específicos (SOBREIRO FILHO, 2016), a esse respeito é importante destacar que:

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. (FERNANDES, 2005, p 279).

Assim como sugere Fernandes (2005), o uso do conceito de movimentos socioterritoriais não busca refutar o conceito sociológico de movimentos sociais e nem mesmo apontar suas limitações, apenas sugere que a perspectiva geográfica sobre o mesmo objeto de pesquisa difere daquelas objetivadas pela Sociologia. Porém, por muito tempo, os geógrafos se restringiram em uma perspectiva potencialmente sociológica (FERNANDES, 2005). Fernandes (2005, p 279) indica ainda que; “existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica”.

Essa negligência histórica nas análises dos movimentos sociais por parte de alguns pesquisadores da Geografia (FERNANDES, 2005) se deu, sobretudo, devido ao fato de que as categorias espaço e território não serem considerados centrais durante boa parte da trajetória do desenvolvimento da ciência geográfica e do fato de não seguir uma leitura das lógicas-racionalidades espaço-temporais (SOBREIRO FILHO, 2016). Além disso, os sociólogos, principais estudiosos da questão, possuem outras preocupações teóricas e metodológicas (PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016). Sobre essa questão Sobreiro Filho (2013, p. 35) comenta que “Vale ressaltar que de maneira simples e objetiva, a Geografia tem uma visão, relação, interação, reflexão e teorização com os movimentos diferenciada da Sociologia e que, portanto, produzem qualidades e resultados distintos”. De certo, isso não era objetivo de muitos pesquisadores sobre a temática, senão dos geógrafos. Portanto, segundo Fernandes (2005), a contribuição sociológica continua sendo essencial na investigação do tema, porém não poderíamos avançar para uma análise espacial/territorial dos movimentos sem que uma conceituação, essencialmente, geográfica fosse construída, pois a sociologia “contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos” (FERNANDES, 2005, p. 30).

A trajetória sociológica cunhou conceitos centrais, tal como o de movimentos sociais, constituído como ponto de partida para quem objetiva investigar estes sujeitos. Em contrapartida, o desenvolvimento de conceitos por outras ciências, como a Geografia tem promovido sobre estes mesmos sujeitos, é fundamental para contemplar outros mirantes teóricos-metodológicos. Em outras palavras, nos permite apreciar práticas até então negligenciadas de determinados agentes, tal como o caráter de produtor de espaços por parte dos movimentos socioespaciais ou dos movimentos socioterritoriais que tem o território como condição e trunfo de sua existência e reprodução. Fernandes (2005) deixa implícita uma questão pertinente, sendo ela “de que forma podemos contribuir para o debate com outras ciências humanas se analisarmos os mesmos sujeitos e/ou objetos de forma similar?”. Sobre tal questão, Sobreiro Filho comenta ainda que:

A diferença de campo refere-se à área de estudo da sociologia, ou seja, ao estudo do fenômeno ou fato social de uma maneira verticalizada, enquanto a preocupação da geografia é de se realizar o estudo do homem, considerando o fenômeno social, com a natureza ou o meio de modo horizontalizado a partir dos aspectos físicos e humanos produzidos no espaço. (2015, p. 32)

Compreende-se que a preocupação de uma pesquisa geográfica está em entender de que forma as relações sociais produzem processos geográficos, tendo em vista que “ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços” (FERNANDES, 2005, p. 28). Essa dialética nos permite compreender as relações sociais manifestadas “horizontalmente” no meio em que estão inseridas. Tais fenômenos ocorrem de diversas formas: ora consistem de maneira concreta com a espacialização e territorialização; ora como qualidade e potencialidade da ação como a espacialidade e territorialidade; ora como a desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade e reterritorialidade (FERNANDES, 2005); e, enfim, como os fenômenos sociais que produzem e reproduzem no/o espaço/território e como este(s) interage(m) (como produto, produtores e condição dos mesmos) com os movimentos socioterritoriais. Os sociólogos não têm esse objetivo, por isso na “contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos” (FERNANDES, 2005, p. 30).

Podemos afirmar que só há sentido em falar de movimentos socioespaciais e socioterritoriais se compreendermos estes não apenas enquanto sujeitos que se organizam e produzem espaços e que lutam pela conquista do(s) território(s), mas como produtores de espaço e territórios que refletem não apenas seu modo de produção, mas seu modo de vida que também se transforma à medida em que os diferentes agentes estabelecem ações e relações no espaço (SOBREIRO FILHO, 2016). Como destacado por Gohn (1997), estes sujeitos, a partir de suas ações coletivas, constroem novas identidades. Nesse sentido, os movimentos socioterritoriais se relacionam de forma dialética no e com o espaço/território, como produto e produtor (SOBREIRO FILHO, 2016).

Segundo Fernandes (2005) movimentos socioespaciais e socioterritoriais também não são sinônimos. O primeiro, assim como o conceito sociológico, produz relações sociais que se traduzem em processos geográficos que se manifestam em espacialidades, ou seja, nas estratégias de ações e seus significados que não se concretizam (FERNANDES, 2005), hora especializam suas lutas, manifestando-as materialmente no espaço. Os movimentos socioterritoriais por sua vez:

[...] têm o território não só como trunfo, mas este é **essencial para sua existência**. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p.31, grifo nosso)

Um dos processos geográficos fundamentais para os movimentos socioterritoriais é a territorialização (ou seu processo *posteriori*, desterritorialização e reterritorialização). Eles são também movimentos socioespaciais (FERNANDES, 2005) pois produzem e consomem espaços e se manifestam a partir dele, mas a construção do território é o que garante não apenas as suas lutas, como sua existência e reprodução, designando a imprescindibilidade e centralidade do território para compreender estes sujeitos.

É importante, também, diferenciar manifestações e Movimentos, um problema já apontado por Touraine (2003) sobre a diferença entre as ações coletivas (mobilizações) e movimentos. Compreendemos que as mobilizações ou ações coletivas são manifestações decorrentes da insatisfação de um grupo diante de políticas ou lesões sociais gerados pelo Estado, empresas e instituições ou outros grupos (de classes e categorias diversas), dessa forma existe uma profunda distância entre movimentos sociais e mobilização social. Segundo Pedon (2009), embora a maioria dos movimentos tenham suas gêneses marcadas por uma grande

manifestação (como é o caso do MST) e possuam na mobilização uma estratégia de ação importante, não se esgotam nela (TOURAINÉ, 2003).

Segundo Pedon (2009, p.183), as manifestações podem ser “espontâneas quando elas possuem uma organização limitada no tempo e no espaço”, ou podem tornar-se permanentes. Segundo o mesmo autor, são nestas circunstâncias que as tendências para a formação de um movimento socioterritorial possuem maior potencialidade, pois é neste momento que os sujeitos passam a se organizar e traçar metas na luta pelo território em torno de uma agenda. Sobre esta mesma temática, Sobreiro Filho (2016) chama atenção para o espaço-tempo de oportunidade política. O que diferencia uma mobilização de um movimento socioterritorial é, além de uma organização sistemática e permanente, a formulação de uma agenda voltada para a conquista do território (PEDON, 2009, p. 184). Os movimentos socioterritoriais tal como o MST, enquanto sujeitos do campo, têm sua agenda voltada para esse espaço em específico. Isso fica evidente quando analisamos suas denominações (PEDON, 2009): “os rurais” presentes no MST definem uma identidade, ou seja, não são todos os trabalhadores, mas aqueles do meio rural. Isso está inserido nas suas lutas e territórios os quais fortalecem suas territorialidades e o modo de vida camponês, tal como a luta pela Educação do Campo. Segundo Pedon (2009), existe ainda uma diferença entre movimentos sociais e culturais. O segundo busca uma reafirmação da identidade, do direito e expressão cultural, e não necessariamente a transformação da ordem vigente como ocorre no primeiro. Movimentos socioterritoriais são, portanto, sociais, territoriais e culturais, simultaneamente, tendo em vista que a luta pelo território pressupõe uma luta cultural e contra hegemônica produzindo e reproduzindo territorialidades também de contra ordem.

Outro processo geográfico fundamental para compreender os movimentos socioterritoriais é a territorialidade. É possível conceber as territorialidades dos Sem Terra a partir da disputa territorial, não apenas para produzir nele, mas também para se reproduzir a partir dele. Dessa forma o MST não apenas produz espaços e territórios como necessitam dele para existir (FERNANDES, 2005). Suas territorialidades constroem espaço com lógicas-racionalidades (SOBREIRO FILHO, 2016) pautadas na apropriação contra um uso (ou desuso) de lógicas-racionalidades que primam pela dominação (ilegal em grande maioria), atraso, concentração, exclusão, subordinação etc. feita por latifundiários/agronegócio e pelo próprio Estado que priorizam políticas que mantêm os privilégios das corporações e da elite fundiária, reproduzindo espaços e territórios hegemônicos.

As territorialidades do MST se constituem como elementos centrais mesmo após a (re)territorialização coletiva dos integrantes. Podemos verificá-las na rede entre as ocupações e acampados, bem como em cada espaço ocupado e em disputa onde há esforços do movimento na produção de espaços coletivos para que seja possível o lazer, debates, produção de alimentos, educação, religiosidade etc. enquanto estratégias que expressam e potencializam suas territorialidades, pois, tal como sugere Saquet “A territorialidade também significa condição e resultado da territorialização” (2009, p. 90). Ou seja, além de uma organização espacial da ocupação com a preocupação de existir espaços coletivos de interação, existem construções simbólicas (território imaterial) que exaltam a importância da coletividade como base para luta, o que cotidianamente estão expostos aos moradores, por meio de festas, expressões culturais, reunião para debater os rumos da política, o lazer, as místicas, o trabalho e suas lutas, tal como a Educação do Campo.

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE LUTA

A educação é historicamente utilizada como instrumento ideológico para dominação e manutenção do *status quo*. Tratando-se do capitalismo, tal como afirma Mézáros (2005), isso não é diferente, ele a utiliza estrategicamente, seja para potencializar a geração do lucro através da viabilização do acesso a ela com o desenvolvimento de uma educação alienada e

alienante ou seja através da negação ou precarização do acesso a mesma para determinados grupos ou segmentos sociais.

Assim como outras relações, a educação foi inserida na mercantilização, assumindo *status* de mercadoria. Partindo dessa premissa é ilusão conceber, na tutela do sistema do capital, uma educação que não seja para sustentar a lógica dominante (MÉSZÁROS, 2005), pois ela assume neste quadro um caráter para a inércia social, para a imobilidade. Porém, em oposição a essa ordem hegemônica, ela pode assumir uma posição de “ruptura”, de “mudança” (FREIRE, 2000, p. 40). Ambas as situações são evidências que refletem a conflitualidade entre paradigmas educativos.

Para romper com essa perspectiva é necessário construir uma educação para além do capital, pois o capitalismo, tal como sugere Mézáros (2005), é irreformável. “A opção, por isso, teria de ser também entre uma ‘educação’ para a ‘domesticação’, para a alienação, e uma educação para a liberdade. ‘Educação’ para o homem-objeto ou Educação para o homem-sujeito” (FREIRE, 1967 p. 36). Portanto a conflitualidade entre paradigmas educativos se dá entre aqueles que buscam a formação de sujeitos que conscientemente ou não, contribuem para sustentar as lógicas dominantes e aqueles que buscam a formação de sujeitos que refletem sobre a realidade e procuram sua transformação resultando em ações contra hegemônicas. É nesse contexto que os movimentos camponeses fortalecem sua bandeira de luta por um projeto educativo tendo como premissas a importância e inseparabilidade da educação com outras dimensões que envolvem a luta por uma sociedade mais justa e digna. Vale destacar que no bojo dos movimentos socioterritoriais do campo a conflitualidade se manifesta enquanto ação pedagógica, ou seja, a leitura e prática conflituosa é um ato educativo que se alicerça tanto na leitura estrutural do capital quanto também nas práticas cotidianas coletivas e individuais. Esta leitura contribui:

Uma luta que permite a um ser humano *parar de morrer*, só pode nos trazer lições fundamentais de pedagogia, principalmente se acreditarmos que em tempos de desumanidade crescente, a educação somente tem sentido como uma prática radical de humanização, ou de formação humana em seu sentido mais inteiro e profundo (CALDART, 2001, p, 210).

A educação é uma faceta da luta do/no território. A conquista da terra pelo movimento socioterritorial é apenas uma das dimensões da luta que o camponês trava pelo território, compreender isso é o primeiro passo para entender a complexa relação destes sujeitos (individuais e coletivos) com o campo, o trabalho e suas territorialidades. O MST coloca este tema como um dos elementos prioritários para o camponês brasileiro, com um projeto de educação que busca inserir o camponês no processo de produção do conhecimento, este projeto conhecido como “Por uma Educação do Campo” (ARROYO e FERNANDES, 1999), em que o “do” possibilita compreendermos uma educação que pertence ao território e aos sujeitos do campo:

Esses sujeitos têm rosto, têm gênero, têm classe, têm identidade, têm trajetórias de exploração, de opressão. Os movimentos sociais têm cumprido uma função histórica no avanço dos direitos: mostrar seus sujeitos, com seus rostos de camponês, trabalhador, mulher, criança. Sujeitos coletivos concretos, históricos (ARROYO *apud* MOLINA, 2008, p. 27-28).

O território, enquanto produto e expressão das territorialidades do campesinato, está atrelado ao projeto educativo, o qual deve valorizar as práticas, culturas, identidades, lutas, crenças e trabalho. A Educação do Campo é reflexo, produto e reprodutora do modo de vida camponês e, ao mesmo tempo, um instrumento de luta política e territorial (material e imaterial) desta classe. É possível compreender um território imaterial, tal como um paradigma, uma teoria, um método, um conceito, uma ideologia, o conhecimento ou a própria educação (FERNANDES, 2009). Ignorar a imaterialidade dos processos, relações e disputas de poder contidos no território é cair no erro de uma interpretação fragmentada do mesmo. É imprescindível compreender o território como um espaço que contém e está contido pelos dois planos que

formam a realidade geográfica e a multidimensionalidade do espaço e território. Não ignorando sua dimensão subjetiva, pois grande parte das conflitualidades e disputas territoriais ocorrem no cerne da dimensão imaterial do território, bem como o modo de vida que contém e está contido no mesmo, assim destacamos:

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. (FERNANDES, 2009, p. 212)

A Educação do Campo é um território imaterial em disputa que se manifesta materialmente na escola, mas também em todas as dimensões das lutas dos movimentos socioterritoriais do campo, nos acampamentos e assentamentos, nas místicas e marchas. Portanto assim como outros elementos ignorar a imaterialidade do território é permitir a dominação de outros territórios imateriais (FERNANDES, 2005) como a educação rural/no campo que reproduz no espaço agrário territorialidades outras que buscam se sobrepor as demais territorialidades locais. Segundo Fernandes (2009, p. 212), a construção do conhecimento implica em disputas territoriais (imateriais), pois o “pensamento também é produtor de relações de poder”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão procurou refletir, criticamente, sobre determinados processos e fenômenos no âmbito da Geografia, bem como buscou incitar a pensar e analisar a imprescindibilidade do debate territorial contra-hegemônico para se compreender as ações coletivas de confrontos políticos, levadas a cabo pelos movimentos socioterritoriais, e a educação para as classes populares. Dentre uma ampla diversidade de pontos que nos saltam aos olhos destacamos algumas reflexões: A) interpretar os conflitos agrários a partir da categoria território e pelo mirante da atuação dos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais contribui, em suma, para a compreensão da existência de dois modelos de desenvolvimento territorial, um popular, orquestrado pelos agentes coletivos contra hegemônicos e outro para manutenção das desigualdades, historicamente construídas; B) São estratégias e práticas dos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais que estão (re)produzindo uma maneira de territorialidade, tal como o MST, não apenas enquanto grupo que tem sua singularidade espacial, mas, sobretudo, de um projeto de territorialidade para a sociedade brasileira, fundamental, para pensar uma produção mais harmônica com o meio, redução dos conflitos no campo, democratização da terra, valorização da diversidade e respeito às diferenças, enfim, para construir uma sociedade mais humana; C) Um exemplo tácito desta territorialidade é a formulação e desenvolvimento de reafirmação de seu modo de vida, culturas, identidades, modo de produção, ou seja, do campesinato, sobretudo em um momento histórico em que estes sujeitos são atacados, politicamente e economicamente; D) outro exemplo, fundamental, é a luta pela educação do campo, que não se restringe a sala de aula, onde alunos praticam ações educadoras para o reforço da coletividade dos sujeitos, para pensar a importância do território, de suas lutas, demandas, e a sociedade como um todo de forma crítica e autônoma; E) a educação do campo está intimamente atrelada aos valores, à cultura, e, sobretudo, à política e ao território camponês, os quais fomentam desde cedo os valores da luta por direitos dos sujeitos e pela reafirmação de suas territorialidades. A educação, portanto, é um elemento importante para o movimento na produção do território, assim como este é para a construção da educação; F) a Educação do Campo é mais do que um projeto educativo diferenciado, é uma forma de luta, de resistência, de disputa territorial e emancipação, é no bojo dos movimentos socioterritoriais que isso toma forma e se materializa de maneira coletiva, através de suas conflitualidades e territorialidades; G) a conflitualidade é um elemento imprescindível, pois nos permite pensar, ensinar e educar em outras perspectivas que não são apenas diferentes daquela enviesada pelo capital, mas de oposição a ele a partir de um mirante contra hegemônico, portanto, nos movimentos socioterritoriais a conflitualidade

assume um caráter educativo, revelando que outra educação é possível, bem como outros territórios.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES), que desde a graduação até o contexto atual da pós-graduação contribui, significativamente, com aporte financeiro de bolsa, a qual viabiliza a possibilidade de fazer ensino, pesquisa e extensão com mais qualidade. Não poderíamos deixar de agradecer aos sujeitos desta pesquisa, aos camponeses, companheiros e companheiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual vem contribuindo de forma generosa e solidária para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. e FERNANDES, B. M. **A educação básica e o Movimento social do campo**. Articulação Nacional Por uma Educação Básicado Campo. São Paulo, 1999.
- CALDART, R. S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. p. 25-36.
- CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**, Revista: ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>. Acesso em: 15/08/2016> Acesso em: 12/01/2018.
- CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; FRIGOTTO, P. A. G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): Um instrumento para representar, ler e transformar o território. In. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. ORGS: ALVES. F.A; CORRIJO. R.B; CANDIOTTO. L.Z.P. 1ª Edição, São Paulo. Expressão Popular. 2008.
- FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.
- FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios**. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **À Sombra desta Mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31 ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 2008.
- GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina, Caderno CRH, Salvador, v. 21, nº 54, p. 439 -456, set./dez. 2008.
<https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300003>
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios em Disputa: desafios da lógica espacialzonal na luta política**. **Campo-Território**: *Revista de Geografia Agrária*, 9(18), 1-17. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27063/14690/> Acesso em: 15/02/2019.

LACLAU, A. A política e os limites da modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

MARQUES, M. I. M. **A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, M. C. **A constitucionalidade e a justicibilidade do direito à educação dos povos do campo**. In: SANTOS, C. A. dos (Org.). **Por uma educação do campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. p. 19-31.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009. 235 f. (Tese, Doutorado em Geografia).

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, A. M; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição para a Construção do Conceito de Movimentos Socioterritoriais e análise das dissensões e Formação do “MST Da Base” no Pontal do Paranapanema**. In: **Dados e textos sobre a Luta pela Terra e a Reforma Agrária**, 2015. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/> Acesso em: 20/12/2017.

SOBREIRO FILHO, J. **Os movimentos em pedaços e os pedaços em movimento**: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2013.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobremovimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

Recebido em: 17/02/2018

Aceito para publicação em: 26/03/2018